



1º Simulado

SEAP PA

Policial Penal - Pós-edital

Simulado Especial

Simulado – SEAP (Policial Penal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do SEAP Policial Penal;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do Banco do Brasil.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEAP-PA-25-07>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Janaina Arruda / Luiz

TEXTO I**NOSSA LÍNGUA À BRASILEIRA**

A ideia de uma língua nacional brasileira nasceu há quase 200 anos, com a Independência do país. Meio século depois, José de Alencar, partidário da causa, anotava no posfácio de "Iracema": "A revolução é inevitável e fatal como a que transformou (...) o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dous mundos a que pertencemos".

"Dous" virou "dois", os mares devem estar um tantinho mais imensos com o aquecimento global — e a língua brasileira não vingou.

Não por falta de tentativa. A Constituição de 46 previa a indicação de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação disto que falamos aqui. A resposta veio em menos de 30 dias: "A Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa".

Já lá se vão três quartos de século e duas Constituições, e continuamos fingindo nos expressar no mesmo idioma de Lobo Antunes, Hugo Mãe e João Pereira Coutinho.

Tornamo-nos bilíngues numa língua só: o português escrito e o (brasileiro) falado. Este, possível matriz do nosso "idioma nacional", liquidifica a segunda e a terceira pessoas (tu sabe disso), ignora o pronome oblíquo átono (o que vai levar ele à extinção), despreza o subjuntivo (as crianças que talvez ainda podem ser salvas) e relega as regências aos livros de História. Nessa (r)evolução, o pronome relativo "cujo" sumiu da linguagem oral. As formas combinadas dos pronomes átonos (mo, to, lho) saíram de linha com as capitâncias hereditárias. Ter-se-iam ouvido mesóclises pela última vez no governo Temer.

Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções. Uma pugna pela "escrita inclusiva". É o que Nélida Piñon chamou de "projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe". Outra aposta na obscuridade — e dá-lhe cotas epistêmicas com base na interseccionalidade, experiências afrodiaspóricas, configuração dos sistemas opressivos do capitalismo e do cisheteropatriarcado (seja isso lá o que for) — e, ainda por cima, escrito em desconformidade com o Acordo Ortográfico.

O preconceito linguístico apontado em plurais, concordâncias, prosódia e opressões afins é deixado de lado quando entra em cena o lero-lero do politicamente correto. Tem-se aí o melhor dos mundos para a perpetuação da exclusão e das desigualdades: alunos do ensino fundamental privados da sofisticação da linguagem (logo, também do pensamento) e uma suposta elite acadêmica progressista

mesmerizada com o próprio dialeto, que oscila entre o hermetismo laciano e a lumenização pura e simples.

Isto aqui "é brasileiro, já passou de português", diz o samba do Noel. Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas — não um português depauperado.

(Por Eduardo Affonso. O GLOBO. Adaptado)

01. Depreende-se da leitura do texto e de seu título que:

- a) O autor não concorda com a uso informal da língua.
- b) O português falado no Brasil se distanciou do português europeu.
- c) Os falantes de português no Brasil desconhecem a própria língua.
- d) O autor defende a preservação de uma "língua pura".

02. Em relação ao preconceito linguístico, pode-se afirmar que, de acordo com o texto,

- a) A elite acadêmica é disseminadora desse tipo de preconceito.
- b) O Acordo Ortográfico é uma ferramenta contra o preconceito.
- c) A ideia de "escrita inclusiva", na verdade, fomenta a segregação.
- d) O uso de uma linguagem "politicamente correta" contribui para a atenuação do preconceito.

03. O termo destacado não foi classificado com correção em:

- a) "os mares devem estar um tantinho mais imensos" (2º parágrafo) - objeto direto
- b) "anotava no posfácio de "Iracema"..." (1º parágrafo) - adjunto adverbial
- c) "diz o samba do Noel" (8º parágrafo) - sujeito
- d) "o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa" (3º parágrafo) - adjunto adnominal

04. Há palavra acentuada por ser "paroxítona terminada em ditongo" em:

- a) centímetro
- b) arguição
- c) propício
- d) armazém

05. Para estar de acordo com a norma-padrão, o trecho "tu sabe disso" (5º parágrafo) deve ser reescrito da seguinte forma:

- a) Tu sabeis disso
- b) Vós sabes disso
- c) Tu sabes disso
- d) Tu saberia disso

06. No trecho "seja isso lá o que for" (6º parágrafo), classifica-se, morfológicamente, o vocábulo "que" como:

- a) pronome interrogativo
- b) conjunção integrante
- c) partícula expletiva
- d) pronome relativo

07. O conectivo "como" em "Como estava chovendo, ele decidiu ir de carro" expressa:

- a) conformidade
- b) causa
- c) consequência
- d) comparação

08. "O gerente deu dias de folga a funcionários". A transformação da estrutura para a voz passiva está correta em:

- a) Dias de folga são dados a funcionários pelo gerente.
- b) Dar-se-ão dias de folgas a funcionários.
- c) Deu-se dias de folgas a funcionários.
- d) Dias de folga foram dados a funcionários pelo gerente.

09. Dentre os aspectos gerais da Redação Oficial, estão os seus atributos ou características. Assinale a alternativa que apresenta, primeiramente, o atributo que conduz o leitor ao contato mais direto com o assunto e com as informações, sem subterfúgios, sem excessos de palavras e de ideias; depois, aquele que se refere à isenção de interferência de individualidades.

- a) Precisão e Impessoalidade
- b) Objetividade e Coerência
- c) Precisão e Objetividade
- d) Objetividade e Impessoalidade

10. A Redação Oficial pode ser entendida como a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos. Com base no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cuja terceira edição foi publicada em 2018, aplicado à Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- a) No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- b) O vocativo utilizado para o Presidente da República é "Excelentíssimo Presidente da República".
- c) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a moralidade é um dos atributos da Redação Oficial.
- d) Na grafia de datas em um documento, deve constar o nome da cidade onde foi expedido o documento seguido da unidade da federação.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araujo

11. Quando o agente dá causa ao resultado, em razão da inobservância do dever objetivo de cuidado, mesmo tendo previsto a possibilidade de ocorrência de tal resultado danoso, mas tenha optado por agir mesmo assim, acreditando que conseguiria evitá-lo, é correto afirmar que há:

- a) culpa consciente
- b) culpa inconsciente
- c) dolo eventual
- d) dolo direto de segundo grau

12. Determinado agente, primário e de bons antecedentes, usando uma chave falsa, ingressou clandestinamente na casa de seu vizinho, e subtraiu um relógio avaliado em R\$ 400,00.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) Fato atípico
- b) furto qualificado consumado, com aplicação do privilégio
- c) furto qualificado consumado, sem aplicação do privilégio
- d) furto simples consumado, com aplicação do privilégio

13. Dois agentes penitenciários deram ordem para que um dos presos entrasse imediatamente em sua cela. O preso se recusou a entrar na cela, motivo pelo qual foi compelido pelos agentes a ingressar na cela. Em razão da resistência do preso, os agentes tiveram que usar a força, causando pequenas escoriações nos braços do preso.

Nesse caso, a conduta dos agentes configura:

- a) crime de lesão corporal leve
- b) fato abarcado pela excludente de culpabilidade da inexigibilidade de conduta diversa
- c) fato abarcado pela excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal
- d) fato abarcado pela excludente de ilicitude do exercício regular de direito

14. Maurício, agente penitenciário, em razão do cansaço provocado por uma farra realizada na véspera, dormiu durante o expediente, fato este que acabou por facilitar a fuga de Alexandre, promovida pelos comparsas de Alexandre, Ricardo e Alírio.

Nesse caso, é correto afirmar que Maurício:

- a) arrebatamento de preso
- b) praticou crime de evasão de pessoa presa
- c) praticou crime de fuga de pessoa presa em sua forma qualificada
- d) praticou crime de fuga de pessoa presa em sua forma culposa

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

15. A Lei de Execução Penal adotou o instituto da remição, que é o desconto de 1 (um) dia da pena por 3 (três) dias trabalhados pelo condenado. Diante das normas legais a respeito do assunto, constata-se que

- a) uma vez realizado o trabalho, não pode fato posterior suprimir o direito à remição.
- b) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/6 (um sexto) dos dias remidos.
- c) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/2 (metade) dos dias remidos.
- d) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/3 (um terço) dos dias remidos.

16. Nos termos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolha, quando ocorrer, entre outros, o seguinte fato:

- a) frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
- b) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.
- c) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
- d) frequência a Curso do Ensino Médio ou Superior, na Comarca do Juízo da Execução.

17. Em relação às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- a) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas.
- b) O regime disciplinar diferenciado não pode abrigar presos provisórios.
- c) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave.
- d) Comete falta média o condenado à pena privativa de liberdade que provocar acidente de trabalho.

18. Sobre o trabalho interno do preso, é correto afirmar que

- a) os doentes ou deficientes físicos não podem exercer atividade laboral por expressa disposição legal.
- b) a jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.
- c) não há na Lei de Execução Penal previsão sobre trabalho do preso provisório.
- d) na atribuição do trabalho não deverão ser levadas em conta as oportunidades oferecidas pelo mercado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

19. A respeito do regime jurídico aplicável às empresas estatais, assinale a alternativa correta.

- a) Os empregados públicos das empresas públicas são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio.
- b) As empresas estatais podem ser adotar qualquer forma societária admitida em direito na sua criação.
- c) Os servidores das sociedades de economia mista que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.
- d) As empresas estatais submetem-se ao controle administrativo denominado supervisão ministerial ou secretarial.

20. Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.
- b) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público são definidos pelo gestor local.
- c) O candidato aprovado dentro das vagas previstas no edital sempre terá direito subjetivo à nomeação.
- d) É vedada, em qualquer hipótese, a acumulação remunerada de um cargo público de professor com outro cargo técnico.

21. Acerca da extinção de um ato administrativo vinculado, praticado por um agente público de um órgão do Poder Executivo, é correto afirmar que, em regra, o ato pode ser

- a) revogado, por questão de conveniência e oportunidade, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Executivo.
- b) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e ou mesmo pelo Poder Judiciário.
- c) invalidado e revogado por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.
- d) invalidado e revogado, por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, somente pelo próprio Poder Executivo.

22. De acordo com as disposições da Lei 9.784/99, que trata do processo administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) É admissível a delegação de competência para proferir decisão de recurso administrativo a outros órgãos ou autoridades, ainda que estes não sejam hierarquicamente subordinados à autoridade delegante.
- b) No processo administrativo, um terceiro, que não tenha iniciado ou participado do processo, não possui legitimidade para a interposição de um recurso administrativo.
- c) Será inconstitucional lei que exija o depósito prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo.
- d) O direito que a Administração Pública possui para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo em caso de comprovada má-fé.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

23. Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;

24. O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a competência para

- a) a celebração de tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- b) a concessão de indulto e para a comutação de penas.
- c) nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

25. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.

26. Tibruço, cidadão holandês que, após atingir a maioridade, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder a processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

- a) do brasileiro naturalizado somente não é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;
- c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;
- d) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

27. De acordo com o CPP e a doutrina processual penal, há conexão instrumental ou probatória na hipótese em que:

- a) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração
- b) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração
- c) ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras
- d) ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas

28. Maria foi vítima de um crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por Casemiro. Embora o fato tenha ocorrido em 10.09.2020, na cidade de Belém-PA, Maria só teve conhecimento de que Casemiro fora o autor do crime em 15.03.2021. No dia 18.07.2021, Maria busca saber se ainda é possível dar início à persecução penal. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) nada mais poderá ser feito, eis que já houve a extinção da punibilidade pela preempção
- b) nada mais poderá ser feito, eis que já houve a extinção da punibilidade pela decadência
- c) Maria ainda poderá oferecer representação, no prazo de 06 meses a contar de 15.03.2021
- d) Maria ainda poderá ajuizar queixa-crime, no prazo de 06 meses a contar de 15.03.2021

29. Acerca do exame de corpo de delito e perícias em geral, analise as assertivas abaixo:

I – O exame de corpo de delito será realizado por um perito oficial ou, na sua falta, por dois peritos não oficiais, necessariamente portadores de diploma de curso superior.

II - O exame de corpo de delito poderá ser realizado em qualquer dia e em qualquer horário

III – No caso de autópsia, esta somente poderá ser realizada 12h após o óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo

IV - O exame de corpo de delito será indispensável nos crimes que deixam vestígios, não podendo ser suprido pela confissão do acusado

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e IV
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) II e IV

30. José foi preso em flagrante pela prática do crime de furto qualificado (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa). Conduzido à presença da autoridade policial, esta lavrou o Auto de Prisão em Flagrante Delito, encaminhando-o ao Juiz competente. Em audiência de custódia, o Juiz, de ofício, converteu a prisão em flagrante em preventiva, para a garantia da ordem pública, pois havia risco de reiteração delitiva.

Nesse caso, no que tange à prisão preventiva, o magistrado agiu:

- a) corretamente
- b) incorretamente, pois o crime em questão não admite prisão preventiva
- c) incorretamente, pois a garantia da ordem pública não é fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva
- d) incorretamente, pois não é lícito ao Juiz decretar a prisão preventiva *ex officio*

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivo Martins

31. Carlos constantemente agredia seu filho Raul, de quinze anos, causando-lhe intenso sofrimento físico e mental com o objetivo de castigá-lo e de prevenir que ele praticasse "novas artes". Na última oportunidade em que Carlos aplicava tais castigos, vizinhos acionaram a polícia ao ouvirem os gritos de Raul. Ao chegar ao local os policiais militares constataram as agressões e conduziram ao Distrito Policial Carlos, Raul e Totia, mãe de Raul que presenciava todas as agressões, mas, apesar de não concordar, deixava que Carlos "cuidasse" da educação do filho sem se "intrometer". Diante da circunstância descrita, é correto afirmar que:

- a) Carlos e Totia incorreram, nos termos da Lei nº 9.455/97, na prática do crime de tortura na qualidade de co-autores.
- b) Carlos incorreu, nos termos da Lei nº 9.455/97, na prática do crime de tortura na qualidade de autor, e que Totia, porém, não poderá ser responsabilizada, pois não concorreu para a prática do crime.
- c) Carlos incorreu, nos termos da Lei nº 9.455/97, na prática do crime de tortura na qualidade de autor,

assim como Totia também teria incorrido no mesmo crime mas com base na omissão penalmente relevante prevista no Código Penal.

d) Carlos incorreu, nos termos da Lei nº 9.455/97, na prática do crime de tortura na qualidade de autor, sendo que Totia será responsabilizada pela prática do crime de omissão em face da tortura praticada por Carlos, também previsto na Lei nº 9.455/97, tendo em vista que tinha o dever de evitá-la.

32. Considere a seguinte situação hipotética: João, agente público, foi processado e, ao final, condenado à pena de reclusão, por dezenove anos, iniciada em regime fechado, pela prática do crime de tortura, com resultado morte, contra Raimundo. Nos termos da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, essa condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público:

- a) E a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada
- b) E a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- c) E a interdição para seu exercício pelo tempo da pena aplicada.
- d) como efeito necessário, mas não automático.

33. A Lei nº 12.850, publicada em 02 de agosto de 2013, trouxe uma série de inovações legislativas ao disciplinar sobre a definição do crime de organização criminosa e sobre investigação penal e meios de obtenção de provas. Um dos institutos previstos na lei mais controversos e estudados pela doutrina e jurisprudência é o da colaboração premiada. De acordo com as previsões dessa lei, é correto afirmar que:

- a) o juiz não poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais, ou adequá-la ao caso concreto;
- b) o colaborador, nos depoimentos que prestar, renunciará, na presença da defesa técnica, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade
- c) as declarações do colaborador, como meio de obtenção de prova que são, poderão servir como fundamento único para justificar uma condenação;
- d) a colaboração premiada poderá ser realizada posteriormente à sentença, podendo ser acordada redução da pena em até 2/3 ou concessão de livramento condicional independentemente da pena cumprida;

34. Zélia, professora de determinada escola particular, no dia 12 de setembro de 2019, presencia, em via pública, o momento em que Luiz, nascido em 20 de dezembro de 2012, adota comportamento extremamente mal-educado e pega brinquedos de outras crianças que estavam no local. Insatisfeita com a omissão da mãe da criança, sentindo-se na obrigação de intervir por ser professora, mesmo sem conhecer Luiz anteriormente, Zélia passa a, mediante grave ameaça, desferir golpes com um pedaço de madeira na mão de Luiz, como forma de lhe aplicar castigo pessoal, causando-lhe intenso sofrimento físico e mental. Descobertos os fatos, foi instaurado inquérito policial. Nele, Zélia foi indiciada pelo crime de tortura com a causa de aumento em razão da idade da vítima. Após a instrução, confirmada a integralidade dos fatos, a ré foi condenada nos termos da denúncia, reconhecendo o magistrado, ainda, a presença da agravante em razão da idade de Luiz. Considerando apenas as informações expostas, a defesa técnica de

Zélia, no momento da apresentação da apelação, poderá, sob o ponto de vista técnico, requerer

- a) a absolvição de Zélia do crime imputado, pelo fato de sua conduta não se adequar à figura típica do crime de tortura.
- b) a absolvição de Zélia do delito de tortura, com fundamento na causa de exclusão da ilicitude do exercício regular do direito, em que pese a conduta seja formalmente típica em relação ao crime imputado.
- c) o afastamento da causa de aumento de pena em razão da idade da vítima, restando apenas a agravante com o mesmo fundamento, apesar de não ser possível pugnar pela absolvição em relação ao crime de tortura.
- d) o afastamento da agravante em razão da idade da vítima, sob pena de configurar bis in idem, já que não é possível requerer a absolvição do crime de tortura majorada.

35. Sobre as Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), assinale a afirmativa incorreta.

- a) É vedada a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação.
- b) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- c) Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.
- d) Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

36. Abel é investigador da Polícia Federal, sendo integrante de equipe que trabalha em inquérito sobre organizações criminosas. Como orientação da chefia do setor especializado, busca utilizar todas as autorizações legais para produzir provas. Nos termos da Lei nº 12.850/2013, um dos meios de obtenção de prova consiste em:

- a) investigação social
- b) decisão judicial prévia
- c) colaboração premiada
- d) ato de execução

37. Tício ocultou a origem de valores provenientes, indiretamente, de infração penal. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 9.613/1998 e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de condenação pela prática do crime de ocultação de bens, direitos e valores (art. 1º da Lei nº 9.613/1998), a pena de Tício será reduzida de um terço, se ele não tiver cometido o delito de forma reiterada.
- b) Em caso de condenação pela prática do crime de ocultação de bens, direitos e valores (art. 1º da Lei nº 9.613/1998), a pena de Tício será aumentada de um a dois terços, se ele tiver cometido o delito de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.
- c) O processo e julgamento do crime praticado por Tício dependem do processo e julgamento da infração penal antecedente.
- d) Independente de qual for a infração penal antecedente, o processo e julgamento do crime praticado por Tício será da competência da Justiça Federal.

38. No que concerne ao crime de lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil admite apenas a “autolavagem”, ou seja, somente pode praticar o crime de lavagem de dinheiro quem também é autor da infração penal antecedente.
- b) O crime de lavagem de dinheiro não admite tentativa.

c) O delito de lavagem de dinheiro admite qualquer infração penal como seu antecedente, inclusive as contravenções penais.

d) O processo e o julgamento do delito de lavagem ficam suspensos até que a infração antecedente seja julgada definitivamente.

39. Nos termos da Lei no 12.683/12, que alterou a Lei no 9.613/98, é correto afirmar que em caso de indiciamento de servidor público,

- a) este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
- b) não haverá afastamento, tampouco prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei.
- c) haverá afastamento, com prejuízo de trinta por cento em sua remuneração, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
- d) haverá afastamento, com prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize o seu retorno.

40. Os Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores, quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, devem ser julgados conforme a competência definida em lei. Assinale a alternativa que, neste caso, apresenta corretamente a competência para processar e julgar.

- a) Juizado criminal estadual.
- b) Justiça Estadual comum.
- c) Justiça Federal.
- b) Justiça Federal especializada.

41. Em caso de membro do Poder Legislativo eleito para mandato legislativo praticar conduta descrita em lei como abuso de autoridade,

- a) a conduta do sujeito não poderá ser enquadrada na Lei de Abuso de Autoridade, porquanto esta alcança apenas o servidor público.
- b) o sujeito poderá ser enquadrado na Lei de Abuso de Autoridade, mediante requisição do ministro da Justiça.
- c) o parlamentar estará sujeito aos ditames da Lei de Abuso de Autoridade, como qualquer outro servidor público.
- d) o sujeito não se submeterá à Lei de Abuso de Autoridade, em razão de prerrogativa de função.

42. Lucrécio, policial civil, dirigia embriagado, quando foi parado por dois agentes de trânsito, Jonas e Maurício. O policial apresentou os documentos solicitados pelos agentes, mas se recusou a realizar o teste do bafômetro. Depois de observarem que no veículo havia várias garrafas vazias e que Lucrécio apresentava discurso desconexo, forte cheiro de álcool e voz embargada, Jonas e Maurício chamaram o guincho. Lucrécio, alegando que os agentes não tinham competência contra um policial, acionou Carlos, delegado do seu distrito, que chegou ao local e tentou dialogar com os agentes, a fim de coibi-los de aplicar as penalidades. Em razão da resistência dos agentes de trânsito, Carlos acionou policiais militares, que conduziram Jonas e Maurício à delegacia, mantiveram-nos detidos por algumas horas e, em seguida, os liberaram. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Jonas e Maurício cometeram crime de usurpação de função pública, por terem tentado atuar contra um policial.
- b) Os policiais militares cometeram abuso de autoridade em concurso de pessoas com Carlos.
- c) Ao terem chamado o guincho, Jonas e Maurício cometeram conduta excessiva que configura crime de abuso de autoridade.
- d) Lucrécio cometeu crime de desobediência ao se recusar a realizar o teste do bafômetro.

43. Em relação à responsabilização objetiva, administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, de acordo com a Lei nº 12.846/13, assinale a afirmativa correta.

- a) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes e administradores.
- b) Quando há cisão, as sucessoras serão responsabilizadas somente pelo pagamento da multa devida, na proporção do patrimônio líquido.
- c) pessoas jurídicas serão responsabilizadas pelos atos contra a Administração Pública apenas quando estes foram praticados exclusivamente em seu benefício.
- d) As sociedades controladoras, controladas e coligadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos contra a Administração Pública, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e à reparação integral do dano causado.

44. Considerando os preceitos da Lei 12.846/2013, assinale a alternativa que **não** apresenta ato lesivo à administração pública.

- a) utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados, comprovadamente
- b) financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos lícitos, comprovadamente
- c) manipular o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública
- d) impedir a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

45. No dia 2 de janeiro de 2019, Maria das Dores, policial militar, agiu com violência e causou intenso sofrimento mental contra o pastor Paulinho da Bíblia, pois não suportava mais as pregações religiosas do mesmo pela vizinhança. Do ato em questão, resultou lesão gravíssima, de forma que Paulinho da Bíblia nunca mais conseguiu falar. Nesse caso, é **correto** afirmar que

- a) Caso Maria das Dores seja condenada pela prática de tortura, haverá a perda do cargo público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- b) Como o crime em questão resultou em lesão gravíssima, a pena de reclusão será de oito a dezesseis anos.
- c) A conduta de Maria das Dores não configura nenhum crime, já que agiu em legítima defesa.
- d) Não se trata de crime de tortura, pois não houve sofrimento físico.

46. Sobre o crime de tortura, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de tortura é afiançável, porém insuscetível de anistia.
- b) Aquele que se omite quanto à prática do crime de tortura, quando tinha o dever de evitá-lo, incorre na mesma pena do agente torturador.
- c) O crime de tortura é suscetível de graça, porém insuscetível de anistia.
- d) A pena é aumentada se o crime de tortura é cometido contra adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.

47. A portaria interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, do Ministério da Justiça, institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – Pnampe, onde determina que fica instituída no âmbito desse Ministério um Comitê Gestor para fins de monitoramento e avaliação da Pnampe. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca da composição do referido Comitê Gestor da Pnampe.

- a) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de convidado permanente, um representante do Departamento Penitenciário Nacional.

- b) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de representante titular, um membro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

- c) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de convidado permanente, um representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

- d) Comporá o Comitê Gestor da Pnampe, na condição de convidado permanente, um representante do Ministério da Educação.

48. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT– Acolhimento LGBT.

- a) À pessoa travesti, mulher ou homem transexual em privação de liberdade, serão garantidos a manutenção do seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico.

- b) A pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade deverá, no momento da triagem, optar pelo uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, vedada a manutenção de cabelos compridos quando reclusas em estabelecimento penal masculino.

- c) A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à avaliação psicológica.

- d) O registro de admissão no estabelecimento prisional deverá conter apenas o nome de registro da pessoa presa, sendo, no entanto, o chamamento pessoal feito obrigatoriamente pelo seu nome social.

49. De acordo com a Portaria nº 1242/2009-GAB/SUSIPE, a liberação de visitas íntimas dependerá da expedição prévia de credencial de visitante para pessoa que se declare companheiro(a) ou namorado(a) do preso(a). Assinale a alternativa que aponta corretamente o prazo dessa credencial.

- a) 1 (um) ano.
- b) 2 (dois) anos.
- c) 15 (quinze) dias.
- d) 5 (cinco) anos.

50. Se condenada à prisão, segundo regra da Resolução Conjunta nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT – Acolhimento LGBT, a pessoa transexual masculina
- a) deve ser encaminhada para unidade prisional feminina.
 - b) deve ser encaminhada para cela comum de unidade prisional masculina.
 - c) tem o direito de escolher para qual tipo de unidade prisional deseja ser encaminhada.
 - d) deve ser encaminhada para unidade prisional federal exclusiva para privação de liberdade de transgêneros.



Estratégia
Concursos

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEAP-PA-25-07>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>